

CELERIDADE TRT-MA aumenta produtividade de julgados no 2º grau

Edvânia Kátia



O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão vem adotando medidas para agilizar o julgamento dos processos no segundo grau. Entre as iniciativas estão a divisão do Tribunal Pleno em turmas, realização de três sessões extraordinárias de julgamento por mês e alteração do horário de realização das sessões de julgamento para o turno da manhã, com adoção de intervalo para o almoço e prosseguimento da sessão no turno vespertino, o que possibilitou um incremento no número de processos por pauta da ordem de 42,53%.

As medidas apontam para o crescimento de indicadores. No primeiro semestre de 2009 foram realizadas 47 sessões de julgamento. Já nos dois primeiros meses do segundo semestre foram realizadas 21. Enquanto de janeiro a junho foram

incluídos em pauta 2.657 processos, com uma média de 56,53 processos por pauta, nos meses de julho e agosto foram incluídos 1.692 processos em pauta, com uma média de 80,57 de processos por pauta. O incremento, se comparado com o primeiro semestre deste ano, foi de 42,52% na média de processos por pauta.

As medidas também resultaram na diminuição do resíduo dos processos que estavam aguardando inclusão na pauta. Houve redução da ordem de 56,58%. Enquanto no primeiro semestre 1.290 processos estavam aguardando a inclusão na pauta, nos meses de julho e agosto, esse número caiu para 560 processos.

Quanto ao julgamento, nos meses de julho e agosto, 1.433 processos foram julgados, inclusive com as decisões monocráticas. No primeiro semestre foram julgados 2.581.

Para setembro, a média de processos em pauta foi da ordem de 7,81%, considerando as pautas publicadas até o dia 28, restando um saldo de 361 processos a serem inclusos em pauta, com uma redução no resíduo na ordem de 72,01%.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Nos oito primeiros meses deste ano, as 21 Varas do Trabalho do Maranhão repassaram 45.332.902,41 a reclamantes que tiveram seus processos trabalhistas solucionados. O valor é 18,24% superior ao pago no mesmo período de 2008, quando os reclamantes receberam R\$ 37.059.701,82. Os

dados constam dos boletins estatísticos das Varas do Trabalho no Estado, disponíveis no site do (www.trt16.jus.br).

As cifras pagas aos reclamantes correspondem a 18.724 processos solucionados. Em julho, foram registrados o maior valor pago a reclamantes, isto é, R\$ 7.574.054,46,

e o maior número de processos solucionados, ou seja, 3044. Até agosto, as VTs já haviam recebido 22.027 novos processos e realizado 30488 audiências. Também recolheram R\$ 6.202.224,17 para a previdência social; R\$ 2.380.939,34 de Imposto de Renda; e R\$ 1.019.007,78 em custas processuais.

Acordo beneficia 777 vigilantes e 28 pensionistas

O juiz do Trabalho substituto Carlos Gustavo Brito Castro, da 6ª Vara do Trabalho de São Luís, mediu acordo, no valor de R\$ 1.692.732,08, entre o Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresa de Vigilância, Segurança e Transportes de Valores e a Exata - Vigilância Privada Ltda, empresa terceirizada pelo Estado do Maranhão. Foram beneficiados com o acordo 777 vigilantes e 28 pensionistas. A conciliação ocorreu

este mês, após a comprovação, pelo Sindicato, de depósito do Estado do Maranhão junto a Banco do Brasil, no valor de R\$ dois milhões. Os vigilantes exercem suas funções na Secretaria de Estado da Educação..

A reclamação trabalhista foi ajuizada pelo Sindicato dos Vigilantes, com pedido de antecipação de tutela, contra a empresa Exata Vigilância Privada Ltda e o Estado do Maranhão. O Sindicato requereu que o valor blo-

queado na Ação Cautelar Inominada fosse depositado pelo ente público em conta individual dos substituídos processuais (empregados). Esse valor contemplaria o pagamento de três meses de salários atrasados e vale transporte/alimentação de março a maio deste ano dos vigilantes em todo o Estado. No caso das pensionistas, o acordo contempla pagamento de férias de quatro delas, 13º salário de 2008 e os meses de dezembro de 2008 a fevereiro de 2009.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do TRT da 16ª Região - Maranhão
Ano XVI - nº 81 - Outubro/2009

Av. Senador Vitorino Freire, 2001
CEP: 65030-015 - São Luís-MA
Telefones: (98) 2109-9307/9443

E-mail: ascom@trt16jus.gov.br

Presidente
Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva

Vice-Presidente
Ilka Esdra Silva Araújo

Diretor-Geral
Júlio César Guimarães

Secretária-Geral
Elizabeth do Carmo Salgado Leite Menezes

Coordenação
Edvânia Kátia

Edição: Valquíria Santana

Jornalistas
Edvânia Kátia
Wanda Cunha

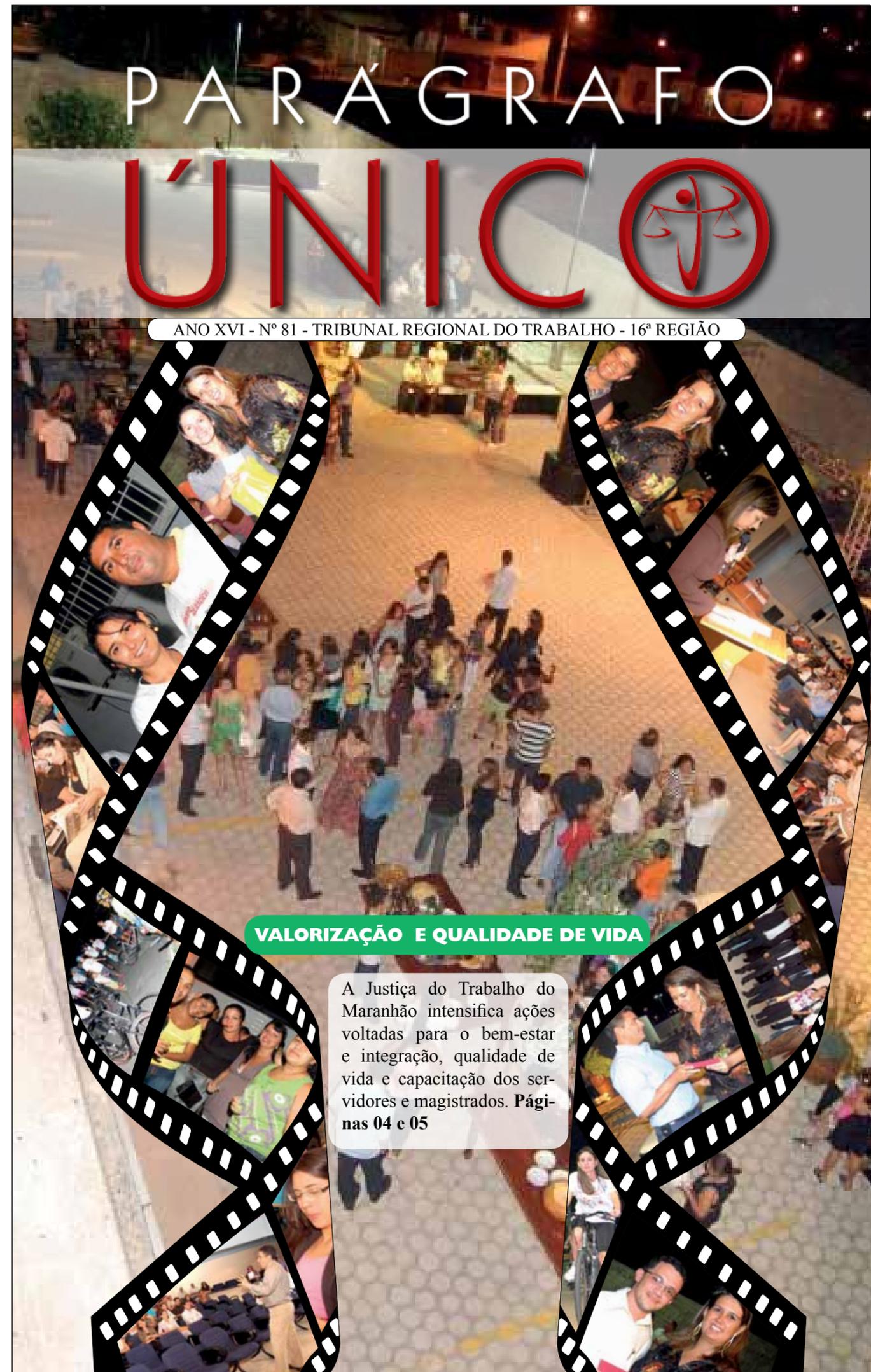
Suely Cavalcante
Valquíria Santana

Estagiárias:
Joana Lys Martins dos Santos
Amanda Carla Rocha
Fotos: Ascom e Ailton Baren

Diagramação: Mizael Melo

Revisão: Wanda Cunha

Fotolito e Impressão:
Gráfica Gênese (98) 3231 8199



PARÁGRAFO ÚNICO

ANO XVI - Nº 81 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO

VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

A Justiça do Trabalho do Maranhão intensifica ações voltadas para o bem-estar e integração, qualidade de vida e capacitação dos servidores e magistrados. Páginas 04 e 05



Em tom de confraternização, a Justiça do Trabalho do Maranhão comemorou o Dia do Servidor Público – 28 de outubro. O momento foi festivo, mas oportuno para uma reflexão sobre o papel de todos os que vêm contribuindo ao longo desses 20 anos para a construção da história da Justiça do Trabalho no Estado. Em 2009, o TRT completou seus 20 anos de instalação e muito dessa história foi escrita pelos servidores da Justiça, assim como muito da história deste país.

Instituído no governo do presidente Getúlio Vargas, o Dia do Servidor Público entrou para o calendário das datas comemorativas oficiais em 1937. Na década de 80, frente à redemocratização do país, a sociedade passa a exigir mais das organizações públicas e, com a Constituição de 1988, vem a exigência do concurso público para o ingresso na carreira. Em 11 de dezembro de 1990 foi publicado o novo Estatuto dos Servidores Público Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, a Lei nº 8.112, já com base nas novas normas constitucionais. O resultado foi a qualificação do serviço público. O estigma de “barnabês” foi sendo superado diante do novo cenário, em que a cada ano os profissionais mais qualificados ingressavam na carreira pública.

Na Justiça do Trabalho do Maranhão não foi diferente. Apenas os melhores ingressam nos quadros da instituição, por meio do concurso público, somando-se àqueles que desde o primeiro concurso foram cedendo à instituição a sua capacidade intelectual e criativa. No último concurso, realizado em maio deste ano, inscreveram-se 31.946 candidatas, sendo 18.758 para técnico (nível médio) e 13.188 para analista (nível superior).

Nossa instituição orgulha-se de ter os melhores profissionais. Nessa caminhada de 20 anos, muitas foram as lutas e conquistas individuais e coletivas, que resultaram em um Tribunal eficiente e respeitado perante a sociedade. No dia 28 de outubro, o parabéns é duplicado: pelo Dia do Servidor Público e pelos 20 anos do TRT-MA.

PERFIL

Primeiro lugar no concurso do TRT-MA

Por Wanda Cunha



“A p ó s 13 anos no Banco do Brasil, ingressei no TRT do Maranhão em dezembro de 2005, no cargo de técnico judiciário. Fui lotado na VT de Impetratriz, onde fiquei aproximadamente por seis meses, efetuando cálculos trabalhistas, em razão da minha formação de contador”, diz João Batista Sobrinho, recém-nomeado para o cargo de analista judiciário-especialidade contabilidade, aprovado em 1º lugar no concurso público (total geral) para provimento de cargo do TRT-MA, realizado em 2009.

João Batista disse que, por ocasião de sua remoção para São Luís, foi lotado na Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), onde permanece depois de tomar posse, este mês, como analista judiciário. “Tenho o prazer de compartilhar experiências e conhecimento com pessoas competentes e totalmente comprometidas com o serviço público, o que propicia

um excelente ambiente de trabalho”, observou.

No início, ficou responsável pelo Suprimento de Fundos (adiantamentos concedidos a servidor para pequenas e eventuais despesas em favor do TRT). Atualmente, lida com o Setor de Contabilidade Analítica da Diretoria, onde, dentre outras atividades, analisa diariamente os documentos emitidos no Sistema de Administração Financeira (Siafi); os saldos e balancetes do Sistema Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; além de contabilizar o relatório de entrada e saída de material do almoxarifado.

Segundo João Batista, o gosto pelo estudo, as boas condições de trabalho e os cursos de capacitação promovidos pelo Tribunal fizeram-no galgar um cargo de nível superior. Também elogiou a boa biblioteca do Tribunal e os servidores que lá trabalham. “Assumo o cargo com grande satisfação e com a pretensão de continuar contribuindo para que o Tribunal cumpra sua sublime missão de levar justiça às relações de trabalho no Maranhão e continue um órgão transparente e respeitado”, acrescentou.

Juiz lança Catálogo de Despachos e outras decisões

O catálogo é uma publicação em forma de apostila, que está sendo lançada pelo juiz titular da 3ª Vara do Trabalho de São Luís, Paulo Mont'Alverne Frota. A obra reúne 240 modelos de despachos, decisões interlocutórias e sentenças. A apostila é direcionada a todos que militam na Justiça do Trabalho, principalmente aos juízes em início de carreira e aos seus assessores. É um trabalho que também interessa aos demais servidores da JT e advogados.

Na obra, há despacho para o caso de notificação que retornou sem encontrar o reclamado; despacho a ser exarado na fase expropriatória do processo; modelo de informação a ser prestada em mandado de segurança; modelos de quesitos a serem formulados pelo juiz em casos de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho. Também constam decisões interlocutórias da fase de execução; modelos de tutelas antecipadas e de liminares; modelos de sentenças mais corriqueiras prolatadas em reclamações trabalhistas; ações de consignação em pagamento; jul-

gamentos de embargos declaratórios, de embargos à execução e até de embargos de terceiro.

Cada decisão tem um número de identificação e vem antecedida pela hipótese de fatos aos quais ela se aplica. São apresentadas conforme as fases do processo: de conhecimento, recurso e execução. A apostila vem acompanhada de um CD com todo o seu conteúdo, o qual permite a utilização dos 240 modelos e se guia pelo número da decisão informado no índice.

“Empenhei-me em elaborar uma apostila que viesse a auxiliar os colegas juízes e os seus assessores nesse ofício. Contando com a colaboração do analista judiciário Paulo Crestana, da 3ª VT, preparei o catálogo, o qual considero de grande serventia para juízes de primeiro grau e seus assessores, bem como para os demais servidores de varas e até de TRTs, que almejem atuar como assessores de juízes”, observou o magistrado.

Os interessados em adquirir a obra devem contactar pelo email montalvernefrota@oi.com.br.

ORÇAMENTO E FINANÇAS

Equipe que prima pela excelência

Por Wanda Cunha

Todas as unidades administrativas do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA) contribuem para o bom desempenho da instituição. A Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), por exemplo, é o setor que cuida dos recursos de um exercício financeiro e das despesas que devem ser feitas pela Administração. A previsão das despesas de cada órgão público insere-se no conjunto dos gastos do governo, o chamado Orçamento da União. Prever o que se vai gastar e executar o orçamento público de cada ano são tarefas que exigem dedicação e responsabilidade e atestam a qualidade das atividades desenvolvidas. Tais tarefas são atribuições dos servidores da DOF.

“Formamos uma equipe de trabalho maravilhosa. Além dos colegas serem extremamente competentes, responsáveis e comprometidos com suas tarefas, convivemos num excelente ambiente de trabalho, onde executamos as nossas atribuições em parceria, primando por um serviço de excelência”, observou a diretora da DOF, Flávia Regina Rêgo Cordeiro.

“A evolução do orçamento do TRT não se restringe apenas a um exercício fiscal; implica fazer projeções para o futuro, que levem em conta investimentos de médio e longo prazos. Superada a fase do planejamento orçamentário, é a hora de executá-lo, por meio das determinações da Administração do Tribunal”, explica. Segundo Flávia Cordeiro, qualquer gasto realizado pelo Tribunal é feito por meio de processo, cujos dados constituem a base para a elaboração do planejamento orçamentário e financeiro do exercício seguinte.

“O primeiro ato do processo é verificar se

há dotação orçamentária para cobertura da despesa. Autorizada a despesa, emite-se o empenho, que é a garantia ao fornecedor do serviço, material ou bem de que o compromisso será honrado”, informa. Após a prestação do serviço ou entrega do material ou bem, o setor competente atesta a nota fiscal ou fatura, que será analisada pelo Serviço de Controle Interno (SECOI). Autorizado o pagamento pelo ordenador de despesa e executado pela DOF, encaminha-se diariamente a relação de pagamentos ao Banco do Brasil.

Folha de Pagamento - além de controlar as despesas de custeio e investimento, a DOF também é responsável pelo pagamento da folha de pessoal (ativos, inativos e pensionistas), encargos sociais e benefícios assistenciais. Depois de a folha estar apropriada e paga no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), é encaminhada à rede bancária para crédito na conta dos magistrados e servidores. Também, os processos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV's) são pagos pela DOF, que ainda executa e controla os gastos com suprimento de fundos concedido aos supridores da capital e das Varas Trabalhistas do interior, que utilizam o Cartão Corporativo para pagamento de despesa eventual ou de pequeno vulto.



Além dos recursos próprios, a DOF cuida dos recursos descentralizados pelo TST para a Informática e para o Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, cujo prazo para aplicação é estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT); elaboração da Proposta Orçamentária Prévia (POP), Proposta Orçamentária Anual (POA), solicitações de créditos adicionais, além de ser a unidade responsável pelo lançamento das metas físicas no Sistema do Ministério do Planejamento (SIGPLAN); lançamentos no Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOPI); pela elaboração do Plano Plurianual (PPA), manutenção do arquivo corrente dos processos de pagamento e outras atribuições. Também integram a equipe do DOF Daniel Leite, Mauro Fabrício Soares, João Batista Sobrinho, Laudecy Pereira Pedrozo, José Nicolau Fahd e Regivânia Oliveira.



Médico

A medicina surgiu na Antiguidade clássica, com Hipócrates, considerado o pai da medicina, que passou aos gregos todos seus conhecimentos e estudos da ciência, e, a partir daí, esse povo se tornou pioneiro no estudo das doenças. Por meio de Galeno, grego que morava em Roma, os romanos também se tornaram grandes conhecedores da ciência. A profissão é considerada um sacerdócio. O médico e outros profissionais da área da saúde, como os enfermeiros, trabalham diariamente com as vidas humanas. Além de consultas, os médicos fazem cirurgias e participam de programas de prevenção e de planejamento da saúde coletiva, de acordo com a especialidade escolhida para o exercício da profissão. A Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamenta o exercício profissional. O Dia do Médico é 18 de outubro.



PABX: (98) 2109 9300

A juíza titular da Vara do Trabalho de Bacabal, Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres, realizou, no dia 21, audiência pública, quando recebeu alguns advogados trabalhistas da região. O Encontro ocorreu na sede da Vara Trabalhista. Na oportunidade, os advogados fizeram algumas reivindicações, dentre as quais a construção de um novo prédio para abrigar a VT; mutirões, com a convocação de juízes substitutos; realização de acordos na secretaria da VT, independente da ordem da pauta; notificações destinadas aos advogados para evitar acordos diretamente com a parte. Os advogados também pedem que os servidores recém-nomeados permaneçam mais tempo na cidade.

As bibliotecárias do TRT-MA, Maria Elisabete de Sousa Barbosa e Raimunda Nonata Araújo Teixeira, participaram, no Rio Grande do Sul, do X Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho. O evento começou no dia 26 e se estendeu até 29. O Encontro ocorreu na sala de aula 01, da Escola Judicial do TRT-RS, junto ao Foro Trabalhista de Porto Alegre, na av. Praia de Belas, 1432, prédio 3, 2º andar. A abertura solene contou com a participação do Presidente do Tribunal, desembargador João Ghisleni Filho.



Tomou posse no dia 27 a nova juíza do Trabalho substituta Ângela Cristina Carvalho Mota Luna. A solenidade ocorreu no Gabinete da Presidência, no edifício sede do Tribunal, na Areinha. A nomeação consta do GP nº 200/2009, de 22 de outubro de 2009 e decorre da remoção da juíza Luciana Dória de Medeiros Chaves. A nova juíza foi lotada na Vara do Trabalho de Balsas, com efeito a contar de 09 de novembro.

O TRT-MA já constituiu o Comitê Executivo Estadual para Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. O ato ocorreu neste mês por meio da Portaria GP 499/2009, com o objetivo de assegurar a interlocução e a integração com o Comitê Executivo Nacional. Integram o órgão estadual os juízes Bruno Motejunas, Manoel Veloso e Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres.

Todos os tribunais estão criando um comitê para saber o que está ocorrendo nas áreas de conflitos fundiários rurais e urbanos, monitorar e solucionar os problemas, de forma integrada com o Comitê Nacional.

Para elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos, o reforço à efetividade dos processos judiciais, e a prevenção de novos conflitos, foi criado, pelo CNJ, o Fórum Nacional para Monitoramento e Resoluções dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. Ao criar um espaço voltado para discutir os conflitos fundiários, o CNJ optou por enfrentar de forma clara e objetiva o problema.



As ruas que circundam o prédio sede do TRT-MA estão de asfalto novo desde o final do mês (27). O asfaltamento das ruas foi solicitado pela presidente do TRT-MA, desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva, ao secretário municipal de Obras Públicas, Claudio Castelo de Carvalho, por intermédio do Ofício G.P. nº 187/09, de 21.09.09, e pessoalmente durante visita ocorrida em setembro. O asfaltamento foi feito por funcionários da Pavitec, empresa contratada pelo município de São Luís para prestar serviços na área de pavimentação.



O servidor da 3ª VT de São Luís, Marconi Cláudio Reis Freire, acaba de conquistar pela terceira vez medalha de ouro na Copa Norte-Nordeste de Ciclismo, realizada em Salvador (BA), de 10 a 12 deste mês. A 32ª edição do evento, organizado pela Federação Baiana de Ciclismo e Confederação Brasileira de Ciclismo, com o apoio do Banco do Brasil, reuniu cerca de 400 atletas de delegações de 16 estados.

Atleta disciplinado, que treina em média de 80km a 60km por dia e 120km nos finais de semana, Marconi Freire, 37 anos de idade, pratica o ciclismo profissionalmente há cinco anos e acumula vários títulos. Entre as medalhas de ouro estão as do bicampeonato da Copa Nordeste de Ciclismo e do tetracampeonato da Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, que já está na sua oitava edição. Ele divide seu tempo entre o trabalho e os treinos. Para conciliar as atividades, vem e volta todos os dias de sua casa, no Cohatrac, até o bairro Areinha, onde trabalha, pedalando sua bicicleta, num percurso total de 34 km.

INTEGRAÇÃO TRT-MA promove atividades para as crianças



Em comemoração ao Dia da Criança, 12 de outubro, o TRT-MA promoveu neste mês (14) a atividade “Brincando no trabalho”, que faz parte do Projeto “Integração e Bem-estar”. O encontro ocorreu na sala de convivência do Fórum Astolfo Serra (sede das Varas Trabalhista de São Luís) pela manhã e à tarde.

“Essa atividade tem a intenção de confraternizar as crianças, dependentes e filhos de magistrados, de servidores e de terceirizados, com o propósito maior

de dizer com esse gesto que a administração reconhece a dedicação de todos que contribuem a cada dia para o fortalecimento da nossa Instituição”, ressalta a presidente do TRT-MA, desembargadora Márcia Andrea Farias.

Como parte da programação da Semana da Criança, o TRT também realizou a palestra “Criança e Adolescente no Brasil: exploração do trabalho, violência e futuro por vir” (veja matéria nas páginas 03 e 04).

A recreação foi garantida pelo grupo Recreart, que realizou brincadeiras e dinâmicas. Maquiagem infantil, cesta de bombons, foto-lembrança, teatro de bonecos também animaram a criançada. Houve a distribuição de picolé, sorvete, pipoca, refrigerante, cachorro-quente e pizza. “Foi muito legal brincar com o palhaço”, disse esbanjando sorriso, Eduarda Silva, neta da funcionária de empresa terceirizada, Dinalva Silva.

Investindo no potencial humano

A Justiça do Trabalho do Maranhão intensifica ações voltadas para o bem-estar e integração, qualidade de vida e capacitação dos servidores e magistrados.

Por Valquíria Santana



Desa. Márcia Andrea Fárias e diretora de Pessoal, Gabriela Gaspar



Novos servidores participam de atividade de integração



Diretor-geral, Júlio Guimarães, dá boas-vindas aos novos servidores

Novo Quadro

Também em outubro, a desembargadora Márcia Andrea Farias deu posse coletiva a 64 novos servidores. São analistas e técnicos judiciários aprovados no concurso que o TRT realizou no primeiro semestre deste ano. “O que eu posso lhes dizer, neste primeiro momento, é que, de fato, o serviço público exige um elevado grau de profissionalismo e comprometimento e que a dedicação e o empenho que vocês dispensaram, para chegar até aqui, deverão nortear sempre suas atividades, pois o compromisso que esta instituição tem com a sociedade maranhense passa, a partir deste momento, a ser compartilhado com cada um dos senhores”, disse a desembargadora, durante seu discurso na cerimônia de posse. No mesmo dia, os novos servidores participaram da programação de integração e interação. Na oportunidade, receberam informações sobre as unidades administrativas do Tribunal.

Investir na qualificação e valorização do seu quadro de pessoal é uma das prioridades da atual administração do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), que tem à frente as desembargadoras Márcia Andrea Farias da Silva (presidente) e Ilka Esdra Silva Araújo (vice-presidente e corregedora), que assumiram os cargos em junho deste ano para o biênio 2009/2011.

“O compartilhamento e a união são vitais para a conquista dos nossos objetivos e, nesse sentido, a política de valorização dos magistrados e servidores é indispensável à busca de uma gestão de excelência”, afirma a presidente.

Várias ações voltadas para o bem-estar e integração, qualidade de vida e capacitação dos servidores e magistrados estão sendo implementadas na JT-MA pela atual gestão. Também procura investir na melhoria da infraestrutura das unidades judiciais, assegurando melhores condições de trabalho.

Comemoração - no último dia 28 de outubro - Dia do Servidor Público - a Presidência do Tribunal promoveu, no estacionamento do Fórum Astolfo Serra (sede das Varas Trabalhistas de São Luís), uma grande festa para comemorar a data. O evento reuniu magistrados, servidores, funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviço no TRT, estagiários e convidados. A programação foi encerrada com coquetel e show da Banda Sambauê. Também houve sorteio de brindes.

O Dia dos Pais, em agosto, foi comemorado com um passeio ciclístico na Lagoa da Jansen. Participaram servidores, funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviços ao Tribunal e familiares dos servidores. Os participantes



FOTO: AILTON BAREN



percorreram mais de 4km de ciclovia, em torno da lagoa. Foram distribuídos camisetas e lanches e houve sorteio de presentes para os pais. Também houve festa para os filhos e dependentes de magistrados, servidores e terceirizados do Tribunal, no Dia da Criança (veja página 03).



Juiz Paulo Mont'Alverne, Des. James Magno Araújo e Rosely Vieira



Valdira Barros (e), Gisélia Castro e a juíza Conceição Meirelles

Capacitação

Por meio do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão (Cemoc), o TRT vem promovendo o Fórum Permanente de Debates, com palestras em datas especiais para discutir questões relacionadas ao Direito e à Justiça e que sejam assuntos de interesse da sociedade. O fórum é dirigido a magistrados e servidores da JT, estudantes e à comunidade em geral. No dia 21 deste mês, o tema discutido foi “Crianças e adolescente no Brasil: exploração do trabalho, violência e futuro por vir”, ministrado pela juíza titular da Vara do Trabalho de Pedreiras, Maria da Conceição Meirelles Mendes, e por Valdira Barros, coordenadora geral do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente “Padre Marcos Passerini”.

Por meio da Escola Judicial estão sendo realizadas também capacitações, a exemplo do curso “Direitos Humanos e Mediação de Conflitos”, iniciado em outubro, na modalidade a distância (EAD), com apoio da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região (Amatra XVI). O curso é resultado de uma parceria do TRT-MA com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e contempla as ações da Justiça do Trabalho do Maranhão relacionadas a responsabilidade social, educação a distância e às atividades judiciais.

